

1) À luz da lei nº 6.368/76, a conduta de quem induz alguém a usar entorpecente

- A) está expressamente prevista, dentre os subtipos do artigo 16, equiparando a conduta daquele que assim age, com a do usuário da droga.
- B) está implícita no texto do artigo 16, que trata do usuário de drogas.
- C) não está prevista como figura penal autônoma podendo, porém, ser como tráfico (art. 12 e seus §§).
- D) está nela expressamente prevista e equiparada em termos de pena, como uma das formas de tráfico (art. 12 e seus §§).

2) Estudando a Lei das Contravenções Penais, verificamos que nela

- A) é cabível a figura do "sursis" mas não a do livramento condicional, face à natureza de suas penas.
- B) são cabíveis as figuras do "sursis" e do livramento condicional.
- C) é cabível a figura do livramento condicional mas não a do "sursis", face à natureza e suas penas.
- D) não são cabíveis as figuras do livramento condicional e do "sursis", face à natureza de suas penas.

3) A hipótese do alegado "desconhecimento da lei", aparece em nosso Código Penal

- A) no artigo correspondente à figura do erro de tipo.
- B) apenas no artigo correspondente ao erro de proibição.
- C) no artigo correspondente à figura do erro de proibição e também nas "circunstâncias atenuantes".
- D) no rol das circunstâncias agravantes.

4) Em termos de prescrição, a sentença absolutória, da qual o Ministério Público apela, pleiteando a condenação do réu

- A) interrompe o prazo da prescrição superveniente.
- B) interrompe o prazo da prescrição retroativa.
- C) não interrompe o prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- D) interrompe o prazo da prescrição da pretensão punitiva.

5) No Título XI, da Parte Especial, de nosso Código Penal, onde são elencados os crimes contra a Administração Pública, a forma culposa aparece

- A) nos crimes de peculato e de facilitação de contrabando ou descaminho.
- B) apenas no crime de peculato.
- C) nos crimes de peculato e de usurpação de função pública.
- D) nos crimes de peculato e de fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança.

6) Em caso de conflito aparente de normas, será pertinente a aplicação do princípio da consunção

- A) ao crime progressivo, à progressão criminosa e ao crime complexo.
- B) se a comparação for entre normas e não entre fatos.
- C) apenas se o fato for resultante de fusão de dois ou mais crimes autônomos.
- D) somente ao crime progressivo.

7) De acordo com nosso Código Penal, deve ser punida a tentativa de furto porque

- A) sendo idônea, afeta a segurança jurídica, em seu aspecto objetivo.
- B) trata-se de delito incompleto, mas com tipicidade subjetiva completa.
- C) embora inidônea, causa perigo ao bem juridicamente tutelado.
- D) trata-se de delito incompleto, punível apenas por ficção jurídica.

8) O agente condenado anteriormente, pela prática de ilícito penal, não será considerado reincidente ao cometer novo delito, quando:

- A) condenado anteriormente pela prática de contravenção, praticar nova contravenção.
- B) condenado definitivamente pela prática de contravenção, cometer um crime.
- C) foi condenado por crime culposo e praticou novo crime, este doloso.
- D) condenado por crime, vier a praticar contravenção penal.

9) No crime de ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo (art 208, C. P.), entende-se por objetivo de culto:

- A) todos os objetivos que representem a consagração da fé.
- B) todas as imagens e símbolos que sejam associados a algum culto.
- C) os objetos que tenham sido consagrados ou que já tenham sido utilizados em culto.
- D) os objetivos que representem a crença judaica-cristã, protegidos pelo legislador pátrio.

10) São elementos do crime culposo, sem os quais haverá fato atípico:

- A) descumprimento de dever de cuidado; previsibilidade objetiva e resultado involuntário.
- B) conduta voluntária; previsibilidade subjetiva e descumprimento do dever de cuidado.
- C) conduta e resultado voluntários; previsibilidade subjetiva e tipicidade.
- D) negligência, imperícia ou imprudência; conduta involuntária e nexos causal.

11) Não havendo peritos oficiais, o exame de corpo de delito e as outras perícias serão realizados

- A) por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior, escolhidas, necessariamente entre as que tiverem comprovada habilitação técnica relacionada à natureza do exame.
- B) por pessoa idônea, portadora de diploma de curso superior.
- C) por pessoas idôneas, escolhidas preferencialmente, entre as portadoras de diploma de curso superior.
- D) por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior, escolhidas, preferencialmente, entre as que tiverem habilitação técnica relacionada à natureza do exame.

12) Nas buscas domiciliares, quando ausente os moradores, os executores

- A) não poderão realizar a diligência, devendo retornar em oportunidade em que os moradores se achem presentes.
- B) farão guardar todas as entradas, tornando a casa incomunicável até a chegada dos moradores, quando então realizarão a diligência.
- C) arrombarão a porta e forçarão a entrada da casa, intimando a assistir a diligência qualquer vizinho, se houver e estiver presente.
- D) lavrarão auto circunstanciado a respeito, assinando-o com duas testemunhas presenciais, procedendo, na seqüência, ao arrombamento da porta da casa e à realização da diligência.

13) Assinale a frase juridicamente correta.

- A) Não se admitirá a proposta de transação penal, no âmbito dos Juizados Especiais Criminais, se ficar comprovado ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime ou contravenção, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.
- B) A suspensão condicional do processo, concedida no âmbito dos Juizados Especiais Criminais, será revogada quando, no curso do período de prova, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou contravenção.
- C) A suspensão condicional do processo, concedida no âmbito dos Juizados Especiais Criminais, poderá ser revogada se, no curso do período de prova, o acusado deixar de efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.
- D) A composição dos danos civis, no âmbito dos Juizados Especiais Criminais, será reduzida a escrito e, homologada pelo juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título a ser executado no juízo cível competente.

14) O prazo máximo para encerramento da instrução criminal, nos processos por crime previsto na Lei nº 9.034, de 03 de maio de 1995 (que dispõe sobre a utilização dos meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas) será de

- A) 120 (cento e vinte) dias, quando o réu estiver preso, e de 180 (cento e oitenta) dias, quando solto.
- B) 81 (oitenta e um) dias, quando o réu estiver preso, e de 120 (cento e vinte) dias, quando solto.
- C) 180 (cento e oitenta) dias, independentemente de estar preso ou solto o réu.
- D) 81 (oitenta e um) dias, quando o réu estiver preso, e de 180 (cento e oitenta) dias, quando solto.

15) Se o autor de crime, surpreendido em flagrante delito, vier a empreender fuga e, sendo perseguido, passar ao território de outro município ou comarca, o agente policial poderá efetuar-lhe a prisão. Caberá então ao executor da prisão proceder à imediata apresentação do capturado.

- A) à autoridade local que, verificando a legalidade da prisão, promoverá a remoção do preso para as providências da autoridade do lugar da infração.
- B) à autoridade do lugar da infração, que se encarregará de comunicar o fato à autoridade do lugar onde se deu a captura.
- C) à autoridade judiciária local que, verificando a legalidade da prisão, providenciará a condução do preso para as providências da autoridade policial do lugar da infração.
- D) à autoridade policial local que, depois de lavrado, se realmente for o caso, o auto da prisão em flagrante, providenciará a remoção do preso.

16) Não sendo conhecido o lugar da infração, regular-se-á a competência pelo domicílio ou residência do réu. Se o réu tiver mais de uma residência, a competência

- A) será determinada pela prevenção.
- B) será firmada pela distribuição.
- C) será regulada pelas leis de organização judiciária.
- D) será determinada pela continência.

17) Para determinar o valor da fiança, a autoridade considerará, dentre outros fatores,

- A) o comportamento da vítima, face à consecução do crime.
- B) as conseqüências do crime.
- C) o valor da pena pecuniária prevista, em abstrato, para o crime.
- D) as circunstâncias indicativas da periculosidade do acusado.

18) São, dentre outros, princípios que regem as provas:

- A) da identidade física do juiz e do livre convencimento motivado.
- B) do estado de inocência e da oficialidade.
- C) da auto-responsabilidade das partes e da aquisição ou comunhão.
- D) da concentração e da oportunidade regrada.

19) Nos casos de prisão em flagrante, pela prática de crimes previstos na Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951 (Crimes contra a Economia Popular), os autos de inquérito policial deverão ser encaminhados a juízo

- A) imediatamente.
- B) em 5 (cinco) dias.
- C) em 10 (dez) dias.
- D) em 30 (trinta) dias.

20) Nos crimes dolosos contra a vida, imputados a Juiz de Direito ou a Membro do Ministério Público, a competência para julgamento será

- A) sempre do Tribunal do Júri, por força constitucional.
- B) do órgão especial do Tribunal de Justiça, em razão de foro especial.
- C) do Tribunal de Justiça, em razão do foro privilegiado.
- D) do Tribunal do Júri, após autorização da cúpula da Instituição a que pertença o autor.

21) No Estado de São Paulo, em virtude de expressa disposição constitucional, o prazo máximo para atendimento às requisições judiciais é de

- A) 15 (quinze) dias úteis, se outro não for fixado pela autoridade judiciária.
- B) 10 (dez) dias corridos, se outro não for fixado pela autoridade judiciária.
- C) 5 (cinco) dias corridos, se outro não for fixado pela autoridade judiciária.
- D) 10 (dez) dias úteis, se outro não for fixado pela autoridade judiciária.

22) A Mesa do Congresso Nacional será presidida

- A) pelo Presidente da Câmara dos Deputados, e os demais cargos serão exercidos pelos ocupantes de cargos equivalentes no Senado Federal.
- B) pelo Presidente da Câmara dos Deputados, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.
- C) pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.
- D) alternadamente, pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, e os demais cargos serão exercidos, respeitada a mesma alternância, pelos ocupantes de cargo equivalentes na Casa respectiva.

23) A Constituição brasileira, quanto ao modo de elaboração, pode ser qualificada como

- A) dogmática.
- B) democrática ou popular.
- C) histórica.
- D) escrita.

24) Estabelece a Constituição Federal que toda atividade nuclear, em território nacional, somente será admitida para fins pacíficos e mediante

- A) autorização do Conselho de Defesa Nacional.
- B) aprovação do Congresso Nacional.
- C) supervisão das Forças Armadas.
- D) fiscalização do Ministério das Minas e Energia.

25) O veto parcial do Presidente da República a projeto de lei abrangerá

- A) texto parcial ou integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.
- B) somente texto integral de artigo ou de parágrafo.
- C) texto integral ou parcial apenas de artigo ou de parágrafo.
- D) somente texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

26) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir

- A) a forma republicana de governo.
- B) a liberdade de exercício de trabalho, ofício ou profissão.
- C) a obrigação da União de manter o serviço postal e o correio aéreo nacional.
- D) o selo nacional como um dos símbolos da República Federativa do Brasil.

27) Vagando os cargos de Presidente da República e Vice-Presidente da República, durante o quarto ano do período presidencial,

- A) serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência, o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, para completar o referido período.
- B) far-se-á eleição 90 (noventa) dias após aberta a última vaga, cabendo aos eleitos completar o período de seus antecessores.
- C) far-se-á, na forma da lei, pelo Congresso Nacional, eleição para ambos os cargos, 30 (trinta) dias depois da última vaga, cabendo aos eleitos completar o período de seus antecessores.
- D) será chamado ao exercício da Presidência o Presidente do Congresso Nacional, para completar o referido período.

28) O Mandado de Segurança coletivo pode ser impetrado por

- A) partido político com representação no Congresso Nacional.
- B) qualquer partido político.
- C) partido político legalmente constituído e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano.
- D) partido político com representação em Assembleias Legislativas de pelo menos 8 (oito) Estados.

29) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

- A) registros públicos.
- B) procedimentos em matéria processual.
- C) trânsito e transporte.
- D) águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.

30) Na eleição para Presidente da República, será considerado eleito o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos,

- A) computados os em branco e os nulos.
- B) computados os em branco e não computados os nulos.
- C) não computados os em branco e computados os nulos.
- D) não computados os em branco e computados nulo.

31) São causas extintivas da punibilidade, previstas na Lei Complementar nº 207, de 05 de janeiro de 1979 (Lei Orgânica da Polícia),

- A) a prescrição; a renúncia; a morte do agente; a anistia administrativa e a retroatividade de lei que não considere o fato como falta.
- B) a prescrição; a decadência; a perempção; a morte do agente; a anistia administrativa e a retroatividade de lei que não considere o fato como falta.
- C) a prescrição; a morte do agente; a anistia administrativa e a retroatividade de lei que não considere o fato como falta.
- D) a prescrição; a renúncia; a preclusão; a morte do agente; a anistia administrativa e a retroatividade de lei que não considere o fato como falta.

32) A pena de remoção compulsória, prevista na Lei Complementar nº 207, de 05 de janeiro de 1979 (Lei Orgânica da Polícia), poderá ser aplicada

- A) cumulativamente com as penas de repreensão, multa e suspensão.
- B) cumulativamente com as penas de advertência, repreensão e multa.
- C) isoladamente, com a aprovação de dois terços do Conselho da Polícia Civil.
- D) isoladamente, no caso de falta de cumprimento dos deveres, ao infrator primário.

33) A adjudicação, em licitação, é

- A) ato pelo qual a Administração faz o julgamento das propostas ofertadas, classificando-as pela ordem de preferência.
- B) ato pelo qual a Administração exclui o licitante que não preencha os requisitos do edital.
- C) ato público, no qual a Administração recebe os envelopes contendo a documentação referente à habilitação dos licitantes e a proposta.
- D) os atos administrativos devem ser justificados e expressamente, com a indicação de seus fundamentos de fato e de direito.

34) O princípio da autotutela, na Administração Pública, significa que

- A) a Administração não pode transigir ou deixar de aplicar a lei, a não ser nos casos expressamente permitidos.
- B) a Administração pode corrigir seus atos, revogando os irregulares ou inoportunos e anulando os ilegais, respeitados os direitos adquiridos e indenizando os prejudicados se necessário.
- C) a Administração deve servir a todos, sem preferências ou aversões pessoais.
- D) os atos administrativos devem ser justificados e expressamente, com a indicação de seus fundamentos de fato e de direito.

35) Os tradutores públicos e os mesários, dentro da categoria de agentes públicos, pertencem à categoria de particulares em colaboração com a Administração, porquanto atuam, respectivamente,

- A) por delegação e requisição do poder público.
- B) por nomeação e designação do poder público.
- C) por requisição e nomeação do poder público.
- D) por designação e delegação do poder público.

36) O ato administrativo que supre vício existente em um ato ilegal, com efeitos retroativos à data em que foi praticado, denomina-se

- A) invalidação.
- B) retificação.
- C) convalidação.
- D) conversão.

37) O fenômeno da distribuição interna de competência e de serviço denomina-se

- A) descentralização.
- B) desconcentração.
- C) competência residual.
- D) competência concorrente.

38) A preposição de um bem público a um dado destino categorial, de uso comum ou especial, denomina-se

- A) concessão.
- B) revalidação.
- C) retrocessão.
- D) afetação.

39) São modalidades de licitação:

- A) concorrência; tomada de preços; convite; concurso e leilão.
- B) concorrência; adjudicação; convite; concurso e leilão.
- C) concorrência; homologação; convite; concurso e leilão.
- D) concorrência; autorização; adjudicação; convite e concurso.

40) O ato revogador de um ato administrativo tem natureza

- A) declaratória.
- B) constitutiva.
- C) negativa.
- D) extintiva.

41) Os bens móveis, cujo uso importa a destruição imediata de sua própria substância, são denominados

- A) indivisíveis.
- B) consumíveis.
- C) fungíveis.
- D) singulares.

42) Assinale a frase juridicamente correta.

- A) A afinidade, em linha reta, se extingue com a dissolução do casamento que se originou.
- B) São parentes, em linha transversal, até o quarto grau, as pessoas que provêm de um só tronco, sem descenderem uma das outras.
- C) Contam-se, na linha colateral, os graus de parentesco pelo número de gerações, subindo de um dos parentes até o ascendente comum e descendo, depois, até encontrar o outro parente.
- D) São parentes em linha reta, as pessoas aliadas pelo vínculo da consangüinidade.

43) Se a pessoa natural possuir diversas residências onde alternadamente viva, ou vários centros de ocupações habituais, considerar-se-á como seu domicílio

- A) o lugar onde for encontrada.
- B) qualquer destes ou daquelas.
- C) o lugar onde estiver estabelecida a sua família.
- D) o lugar onde com maior freqüência for encontrado.

44) São pessoas jurídicas de direito público interno

- A) as autarquias.
- B) as associações de utilidade pública.
- C) os partidos políticos.
- D) as sociedades religiosas.

- 45) O contrato pelo qual um dos contratantes transfere a propriedade de bem fungível ao outro, que se obriga a lhe restituir coisa do mesmo gênero, qualidade e quantidade, denomina-se**
- A) comodato.
 - B) mútuo.
 - C) depósito.
 - D) locação.
- 46) A filiação decorrente de uma união de pessoas que após o nascimento do filho vieram a convolar núpcias denomina-se**
- A) espúria.
 - B) incestuosa.
 - C) ilegítima.
 - D) legitimada.
- 47) A prerrogativa concedida ao titular do direito real de pôr em movimento o exercício de seu direito sobre a coisa a ele vinculada, contra a todo aquele que a possua injustamente ou seja seu detentor, denomina-se**
- A) direito de seqüela.
 - B) enfiteuse.
 - C) direito de preferência.
 - D) servidão.
- 48) O ato de última vontade pelo qual o disponente traça diretrizes sobre assuntos pouco importantes, despesas e dádivas de pequeno valor, denomina-se**
- A) sobrepartilha.
 - B) sonogados.
 - C) arrolamento.
 - D) codicilo.
- 49) A convenção, mediante a qual o credor, retendo um imóvel de devedor, percebe seus frutos para conseguir a soma em dinheiro emprestada, imputando na dívida e até seu resgate, as importâncias que for recebendo, denomina-se**
- A) penhor.
 - B) hipoteca.
 - C) anticrese.
 - D) arras.
- 50) A modalidade de transferência convencional da posse, onde há conversão da posse mediata em direta ou desdobramento da posse, sem que nenhum ato exterior ateste qualquer mudança na relação entre a pessoa e a coisa, denomina-se**
- A) com posse.
 - B) acessão.
 - C) constituto possessório.
 - D) comistão.
- 51) A Medicina Legal Social não inclui a**
- A) Medicina Legal Penitenciária.
 - B) Medicina Legal Securitária.
 - C) Medicina Legal Trabalhista.
 - D) Medicina Legal Preventiva.
- 52) Entende-se por perícia contraditória**
- A) dois laudos do mesmo perito com conclusões contraditórias.
 - B) dois laudos, de peritos diferentes, com conclusões divergentes.
 - C) quando o juiz, em dúvida, requer nova perícia.
 - D) quando as respostas aos quesitos estão em contradição com estes.

53) No que tange aos laudos e atestados médicos, podemos afirmar que

- A) são equivalentes.
- B) tratam das mesmas questões.
- C) cada um deles trata de questões específicas.
- D) o laudo tem valor jurídico maior que o atestado.

54) Os ferimentos punctórios podem ser deformados graças à

- A) Leis de Filhos e Langer.
- B) tração tendinosa.
- C) espessura local da pele.
- D) estruturação local da pele.

55) O "espectro equimótico" tem a seguinte seqüência

- A) vermelho, violáceo, esverdeada, azulado.
- B) vermelho, azulado, esverdeada, violáceo.
- C) violáceo, amarelado, esverdeada, azulado.
- D) vermelho, azulado, esverdeada, amarelado.

56) As flictenas caracterizam-se como queimaduras de

- A) 1° grau.
- B) 2° grau.
- C) 3° grau.
- D) 4° grau.

57) As lesões denominadas "pé de trincheira" são produzidas por

- A) calor.
- B) desnutrição.
- C) frio.
- D) falta de higiene.

58) As drogas psicodislépticas

- A) estimulam o sistema nervoso central.
- B) inibem o sistema nervoso central.
- C) estimulam e inibem o sistema nervoso central.
- D) nem estimulam, nem inibem o sistema nervoso central.

59) O sulco da corda, no enforcamento

- A) é descontínuo.
- B) é contínuo.
- C) não é diferenciável.
- D) é perpendicular ao eixo do pescoço.

60) Um cadáver enterrado em solo quente, seco, e arejado tem grande probabilidade de transformar-se em

- A) cadáver adiposérico.
- B) cadáver gelatinoso.
- C) cadáver mumificado.
- D) cadáver saponificado.

61) Segundo a moderna concepção doutrinária, os direitos humanos fundamentais podem ser classificados como "de primeira, segunda e terceira gerações". Os direitos de terceira geração consagram o princípio da

- A) solidariedade (ou fraternidade).
- B) liberdade.
- C) igualdade.
- D) efetividade.

62) Precedendo às modernas declarações de direitos humanos fundamentais, certos documentos e estatutos, elaborados na Inglaterra, já visavam a garantir estes direitos. Dentre tais textos, um se notabilizou na defesa da liberdade individual, especialmente suprimindo a possibilidade de prisões arbitrárias. É correto afirmar que o documento em referência foi

- A) a "Bill of Rights", de 1689.
- B) o "Habeas Corpus Act", de 1679.
- C) o "Act of Seattlement", de 1701.
- D) a "Magna Charta Libertatum", de 1215.

63) O direito, reconhecido a qualquer pessoa, de invocar a atenção dos poderes públicos sobre uma questão ou situação, em defesa de direito visando a correção de ilegalidade ou arbitrariedade, denomina-se

- A) direito de certidão.
- B) direito de recurso.
- C) direito de ação.
- D) direito de petição.

64) Segundo expressamente estabelece a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), o direito de submeter casos à decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos pertence

- A) a qualquer pessoa.
- B) somente aos Estados-partes e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- C) somente à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- D) a qualquer pessoa que esteja sob jurisdição dos Estados-partes.

65) São, dentre outras, características dos direitos humanos fundamentais

- A) a irrenunciabilidade, a universalidade e a proporcionalidade.
- B) a complementariedade, a previsibilidade e a efetividade.
- C) a inalienabilidade, a imprescritibilidade e a irrenunciabilidade.
- D) a dependência, a oficialidade e a historicidade.

66) No que pertine à evolução histórica dos direitos humanos, é correto afirmar que a primeira Constituição brasileira a contemplar os direitos humanos fundamentais foi a

- A) Constituição de 1937.
- B) Constituição de 1891.
- C) Constituição de 1946.
- D) Constituição de 1824.

67) "Adotado e proclamado pela Resolução 271-A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, foi ratificado pelo Brasil na mesma data. Tal instrumento consolidou uma afirmação de ética universal, ao conceber os direitos humanos como um complexo interdependente e indivisível".

Este texto refere-se a (o)

- A) Carta das Nações Unidas.
- B) Convenção Americana dos Direitos Humanos.
- C) Declaração Universal dos Direitos do Homem.
- D) a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

68) A Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), procedendo à expressa correlação entre deveres e direitos estabelece que toda a pessoa tem deveres para com

- A) a família, a comunidade e a humanidade.
- B) o Estado e seus governantes.
- C) o movimento internacional de proteção aos direitos humanos.
- D) a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

69) A Convenção Americana de Direitos Humanos estabeleceu que "toda a pessoa acusada de um delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não for legalmente comprovada a sua culpa". A Constituição brasileira, nessa esteira, dispôs que "ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória". À vista da vigência destes preceitos é correto afirmar que

- A) a lei penal não poderá opor qualquer restrição ao direito do réu de apelar em liberdade.
- B) o réu primário e de bons antecedentes somente poderá ser preso em virtude de pena privativa de liberdade, imposta através de sentença condenatória transitada em julgado.
- C) o réu não terá seu nome lançado no rol dos culpados, enquanto não estiver definitivamente condenado.
- D) ninguém será preso por dívidas.

70) Dentre as ações internacionais intentadas contra o Estado Brasileiro perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos podemos destacar

- A) o caso referente à violação dos direitos das populações indígenas no Brasil, especialmente perpetrada contra a comunidade Yanomami.
- B) o caso da morte, por policiais, de cento e onze presos, na Casa de Detenção (conhecida como "Presídio do Carandiru"), no Município de São Paulo.
- C) os casos de violência rural no Estado do Pará, com registro de assassinatos e agressões vitimando trabalhadores rurais.
- D) todas as assertivas estão corretas.

Gabarito

1-D 2-B 3-C 4-C 5-D 6-A 7-B 8-B 9-C 10-A 11-D 12-C 13-D 14-B 15-D 16-A 17-D 18-C 19-C 20-B 21-D 22-C 23-A 24-B 25-D 26-B 27-C 28-A 29-B 30-C 31-C 32-A 33-D 34-B 35-A 36-C 37-B 38-D 39-A 40-B 41-B 42-C 43-B 44-A 45-B 46-D 47-A 48-D 49-C 50-C 51-A 52-B 53-C 54-A 55-D 56-B 57-C 58-D 59-A 60-C 61-A 62-B 63-D 64-B 65-C 66-D 67-C 68-A 69-C 70-D